



## **MINERAÇÃO**

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Ambiental

Legislação Federal	
Legislação	Ementa
Decreto nº 10.657, de 24 de março de 2021	Institui a Política de Apoio ao Licenciamento Ambiental de Projetos de Investimentos para a Produção de Minerais Estratégicos - Pró-Minerais Estratégicos, dispõe sobre sua qualificação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e institui o Comitê Interministerial de Análise de Projetos de Minerais Estratégicos.
Decreto nº 9.406, de 12 de junho de 2018	A atividade de mineração abrange a pesquisa, a lavra, o desenvolvimento da mina, o beneficiamento, a comercialização dos minérios, o aproveitamento de rejeitos e estéreis e o fechamento da mina.
Decreto Federal nº 3.358, de 02 de fevereiro de 2000.	Regulamenta o disposto na Lei nº 9.827, de 27 de agosto 1999, que "acrescenta o parágrafo único ao art. 2º do DecretoLei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996".
Lei Federal nº 9.055, de 01 de junho de 1995.	Disciplina a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do asbesto/amianto e dos produtos que o contenham, bem como das fibras naturais e artificiais, de qualquer origem, utilizadas para o mesmo fim e dá outras providências.
Decreto Federal nº 98.812, de 09 de janeiro de 1990.	Regulamenta a Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989, e dá outras providências.
Lei Federal nº 7.886, de 20 de novembro de 1989.	Regulamenta o art. 43 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.
Lei Federal nº 7.805, de 18 de julho de 1989.	Altera o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, cria o regime de permissão de lavra garimpeira, extingue o regime de matrícula, e dá outras providências.
Decreto Federal nº 97.632, de 10 de abril de 1989.	Dispõe sobre a regulamentação do artigo 2°, inciso VIII, da Lei n° 6.938, de 31 de agosto de 1981, e dá outras providências.

Lei Federal nº 7.677, de 21 de outubro de 1988.	Dispõe sobre a criação, pelo Poder Executivo, de entidade destinada a promover o desenvolvimento da tecnologia mineral e dá outras providências.
Decreto-Lei Federal nº 1.865, de 26 de fevereiro de 1981.	Dispõe sobre a ocupação provisória de imóveis para pesquisa e lavra de substâncias minerais que contenham elementos nucleares.
Lei Federal nº 6.567, de 24 de setembro de 1978.	Dispõe sobre regime especial para exploração e o aproveitamento das substâncias minerais que especifica e dá outras providências.
Decreto Federal nº 78.171, de 02 de agosto de 1976.	Dispõe sobre o controle e fiscalização sanitária das águas minerais destinadas ao consumo humano.
Decreto Federal nº 62.934, de 02 de julho de 1968.	Aprova o Regulamento do Código de Mineração.
Decreto-Lei Federal nº 227, de 28 de fevereiro de 1967.	Dá nova redação ao Decreto-Lei número 1.985 (Código de Minas) de 29 de janeiro de 1940.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br